

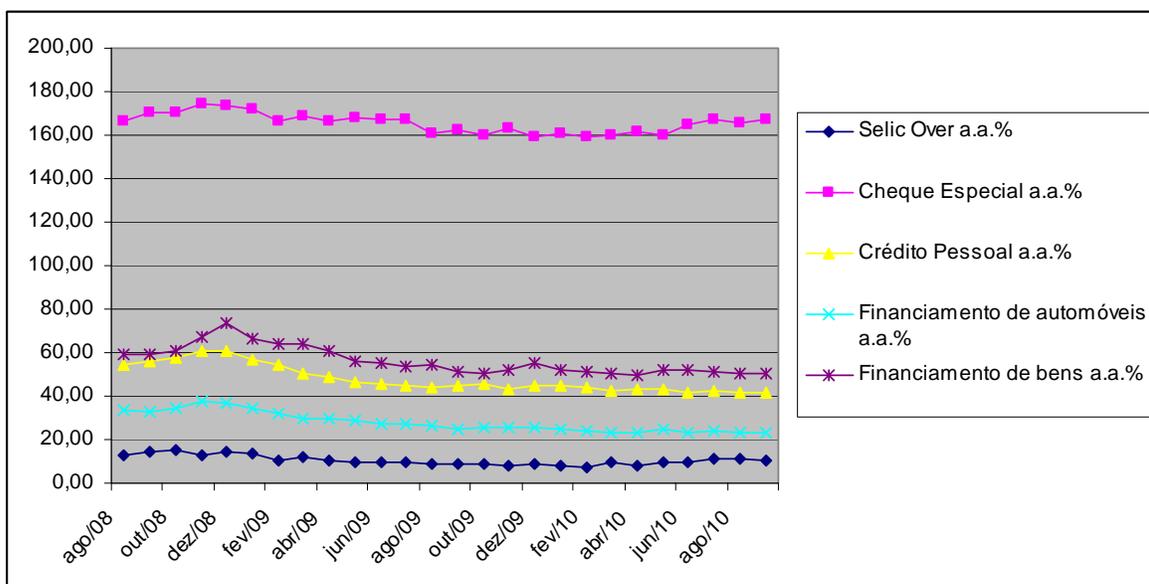
Boletim de Conjuntura

Informativo bimestral produzido pela PROTESTE – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor

Uma melhora demasiadamente tímida

Segundo dados do Banco Central, a taxa média de juros para crédito paga pelos consumidores têm diminuído. Em setembro, a taxa atingiu o menor nível da série histórica iniciada em 1994. Desde o auge da crise financeira mundial, em setembro de 2008, a média das taxas praticadas pelas instituições financeiras (uma média ponderada entre o crédito pessoal aplicado no mercado e o crédito consignado) caiu em 14,69% para o crédito pessoal, 9,79% para o financiamento de veículos e 8,93% para o financiamento dos demais tipos de bens. Vale destacar que, ao contrário das outras modalidades de crédito, as taxas de juros do cheque especial aumentaram ao longo do período, o que causa uma expectativa de que o consumidor deixe aos poucos de usá-lo – já que está cada vez mais caro.

Como não poderia deixar de ser, o coeficiente correlação entre a taxa Selic e as taxas de crédito (que varia entre -1 e 1), cobradas para o consumidor é bastante alto uma vez que ela é de 0,83 para o crédito pessoal; 0,82 para o financiamento de veículos; de 0,76 para o financiamento de outros bens; e de 0,86 para o cheque especial (veja na figura abaixo o mesmo comportamento quase linear em termos anuais entre as taxas citadas em termos anuais). Porém, ao contrário do que seria fácil supor há pouco tempo atrás, nos últimos meses a taxa para o consumidor vêm registrando queda mesmo em meses de aumento da taxa Selic, o que tem reforçado a ideia de diminuição (embora tímida) dos *spreads* bancários no Brasil.



CONTATOS

Tel.: (11) 5085-3590 | (21) 9419-8852
E-mail: proteste@proteste.org.br
Site: www.proteste.org.br

EXPEDIENTE:

O Boletim de Conjuntura é uma publicação bimestral da PROTESTE – Associação Brasileira de Consumidores
Jornalista responsável: Airam Lima Jr. (MTb 23629/SP)

Apesar da pouca melhora em relação às taxas de crédito aplicadas para o consumidor, é um fato conhecido que o Brasil pratica a maior taxa básica de juros reais do mundo. Comparando a taxa básica real de juros brasileira, atualmente em 5,03% (diferença entre a taxa nominal de juros definida pela Selic, de 10,75%, menos a inflação esperada para 2010 que atualmente é de 5,72%), com a de outros países emergentes, verificamos que o Brasil possui a maior taxa, sem sequer ter concorrentes muito próximos, conforme podemos conferir na tabela abaixo. A principal justificativa para se aplicar esta taxa de juros tão elevada se deve à necessidade de manter a inflação baixa. Entretanto, a pergunta que fica é: realmente justifica-se manter juros tão altos para atingir tal objetivo?

País	Taxa de juros nominal	Taxa de inflação esperada	Taxa de juros real
Brasil	10,75%	5,72%	5,03%
Rússia	7,75%	8,00%	-0,25%
Índia	6,25%	7,70%	-1,45%
China	5,56%	3,10%	2,46%

O alto nível de taxa de juros no Brasil é prejudicial ao país por diversas razões. A mais direta delas é que, com a taxa alta, o crédito fica mais caro tanto para os consumidores quanto para as empresas. Isso é um poderoso obstáculo para o crescimento do país, já que o consumo e o emprego são extremamente prejudicados. Além disso, o alto nível da taxa de juros tem trazido fortes impactos sobre a taxa de câmbio, valorizando-a. Ela atrai aplicações internacionais pressionando a taxa de câmbio, de maneira que com menos reais você compra cada vez mais dólares. Tudo isso contribui para uma menor capacidade de exportação das empresas brasileiras no exterior, uma vez que os produtos nacionais ficam menos competitivos em relação aos produtos internacionais. Isso influencia negativamente o crescimento do país. Por isso, ficamos satisfeitos ao verificar que o custo do crédito do país chegou a diminuir mais de 14% em dois anos para algumas linhas, mas enfatizamos que o potencial dessa queda pode ser muito maior.

Mercado do trabalho

Os últimos dados da PME (Pesquisa Mensal do Emprego) divulgados pelo IBGE corroboram e sintetizam os bons resultados do mercado de trabalho especificamente no período pós-crise. Em agosto a taxa de desocupação atingiu 6,7%, o que corresponde ao menor patamar da série histórica que se iniciou desde março de 2002. Temos diversos indicadores de melhorias na

formalização do trabalho: em agosto o emprego com carteira assinada subiu 7,2% em relação a agosto do ano passado. Com o resultado desse mês, 10,2 milhões das pessoas ocupadas têm carteira assinada, num universo de 22,1 milhões. Outro bom indicador é o rendimento médio obtido em setembro, de R\$ 1.499, um aumento de 6,2% se comparado ao poder de compra do trabalhador em setembro do ano anterior. Olhando por setores da economia, foi verificado ganho no rendimento de todos os setores da indústria, à exceção da Construção, e também em todos os setores de serviços – exceto por Outros Serviços, que se reduziu. Neste momento, em que presenciamos a estagnação de países tidos como chave, os nossos números são um incentivo. Afinal, desde fevereiro de 2009 o Brasil se recuperou a um ritmo que prevaleceu no período pré-crise. Pelos dados da PNAD não só saímos da crise, mas também superamos o melhor período entre 2003 e 2008. Renda crescendo, desigualdade caindo e melhorias no mercado de trabalho corroboram o pensamento de que o Brasil tem tudo para focar na melhoria de questões-chave internas.

As tábuas biométricas

As tábuas biométricas, também conhecidas como tábuas de mortalidades, têm um papel crucial no mercado segurador, já que são um instrumento destinado a medir as probabilidades de vida e de morte da população. Elas registram quantos indivíduos de um grupo inicial de pessoas nascidas na mesma data alcançarão certas idades até a extinção completa do grupo.

O mercado brasileiro sempre utilizou tábuas biométricas estrangeiras nos seguros de vida e nos planos de previdência complementar. As mais utilizadas eram as da família AT (*Annuity Mortality Table*) e as da família CSO (*Commissioner's Standard Ordinary Tables*). Essas tábuas tinham como referência a expectativa de vida dos norte-americanos. Contudo, a SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) em março deste ano tornou pública a primeira tábua de mortalidade desenvolvida a partir da experiência do mercado segurador nacional.

A tábua chegou em boa hora, já que a expectativa do mercado é que o ramo de seguros cresça ainda mais e ocupe um maior percentual no PIB brasileiro. Além disso, o Brasil – entre outros países – está passando por diversas mudanças demográficas que afetam as expectativas de sobrevivência e conseqüentemente os produtos de seguros disponibilizados no mercado. Por conta disso, é importante que o Brasil inicie a precificação dos seus produtos com base nas tábuas que refletem as expectativas de vida de sua população e não na de países estrangeiros. A tábua foi desenvolvida em conjunto com o Laboratório de Matemática Aplicada da

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e os dados do estudo foram dos anos de 2004, 2005 e 2006. Ao total, a amostra abrangeu dados de 23 empresas e 33 milhões de indivíduos com CPF (Cadastro de Pessoa Física) válido para análise.

Se por um lado os novos seguros de vida terão prêmios mais baratos, em decorrência da redução na expectativa de morte do brasileiro, por outro os planos de previdência complementar aberta poderão sofrer reduções. Isto porque constatamos, em um cenário específico, uma redução de 3,3% no benefício (renda mensal prometida) quando o consideramos calculado sobre um montante de aproximadamente R\$ 400 mil, utilizando 3% de taxa de juros. Com a tabela AT-2000, a renda mensal seria de R\$ 2.085,84 e com a BR-EMSmt a renda seria de R\$ 2.016,61.

Como a adoção da tábua ainda é opcional, acreditamos que a adesão ocorra gradativamente. No entanto, a sua admissão é importante já que o mercado ganha na precificação correta dos produtos e no dimensionamento de reservas o que pode resultar em preços mais justos para os consumidores.